



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2022

1. APRESENTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Fundo Municipal de Saúde de São Roque do Canaã foi criado, através da Lei Municipal nº 21 de 18 de julho de 1997. No exercício de 2019 teve seus registros contábeis, patrimoniais e demais atos administrativos executados através de Sistema de Gestão Pública específico para o Fundo ora citado como Unidade gestora.

2. DOS REGISTROS ORÇAMENTÁRIOS.

Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 14.734.122/0001-16, localizado na Olívio Perini, nº 107, Bairro Cinco Casinhas.

A execução orçamentaria das atividades do Fundo Municipal de Saúde foram amparadas pelas Leis Municipais nº 1001/2021, 1010/2022, 1032/2022, 1035/2022, 1042/2022 e 1049/2022.

Sendo a Lei 1001/2021 que aprovou o orçamento para o exercício de 2022, concedendo um percentual para abertura de créditos adicionais suplementares até o Limite de 30% das despesas autorizadas, excetuando-se deste limite as suplementações originadas como fonte de recursos: as suplementações ou remanejamentos efetuados utilizando como fonte de recursos os convênios, conforme parecer Consulta a TCEES Nº 028/2004, as suplementações efetuadas entre elementos de despesa pertencentes à mesma categoria econômica e à mesma unidade gestora, e as suplementações com recursos diretamente arrecadados, quando se referirem a remanejamento ou utilizarem como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Ainda, em relação ao limite de suplementação, o mesmo foi ampliado para 60% da despesa autorizada, com a promulgação da Lei 1042/2022.

3. DOS REGISTROS PATRIMONIAIS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.1 Critérios de depreciação: a depreciação é aplicada mensalmente através do método linear, a partir do início do uso do bem, sendo que o mês da aquisição do bem não é computado para fins do período de depreciação.

3.2 Critérios de mensuração de ativos: os ativos são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

3.3 Critérios para provisão de férias e décimo terceiro: foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos servidores até a data do balanço, com informações emitidas pelo Setor de Recursos Humanos sendo que a Provisão de 13º Salário e Encargos sociais foi baixada conforme o pagamento até a data do balanço.

4. DOS REGISTROS FINANCEIROS.

4.1 Recursos disponíveis: Ao termino do exercício, o fundo municipal de saúde detinha o montante de R\$ 2.557.332,64 em recursos disponíveis.

4.2 Aplicações financeiras: Durante o exercício, todos os recursos foram aplicados em conta de aplicação ou poupança.

4.3 Débitos a contabilizar: Durante o exercício, consta como débitos a contabilizar a importância de R\$ 600.000,00, referente a valores debitados indevidamente da conta do fundo municipal, fruto de uma fraude cibernética ocorrida no mês de setembro de 2022, que encontra-se em investigação pela polícia federal sob o processo SEI nº 08285.005527/2022-015 e que também segue sendo contestado junto a instituição financeira Caixa Econômica Federal.

5. METODO DE ESCRITURAÇÃO DOS FATOS

A escrituração contábil é feita pelo Sistema de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, desenvolvido pela Empresa E&L Produções de Software LTDA e os resultados do exercício de 2022 estão evidenciados nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, composto por:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ – ES
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

6. LEGISLAÇÃO APLICADA

As Demonstrações Contábeis do Fundo Municipal de Saúde foram elaboradas em observância com os dispositivos legais da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição, as Instruções de Procedimentos Contábeis e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

São Roque do Canaã – ES, 10 de março de 2023.

ALANA RODRIGUES GRAMLICH

Chefe do Setor de Contabilidade

CRC ES 022509/O-0